

XXVII Congreso de la Asociación Latinoamericana de Sociología. VIII Jornadas de Sociología de la Universidad de Buenos Aires. Asociación Latinoamericana de Sociología, Buenos Aires, 2009.

Pluriatividade na Agricultura. Familiar Brasileira. ¿Existem fronteiras do rural e o urbano?.

Rita Maria da Silva Passos.

Cita:

Rita Maria da Silva Passos (2009). *Pluriatividade na Agricultura. Familiar Brasileira. ¿Existem fronteiras do rural e o urbano?.* XXVII Congreso de la Asociación Latinoamericana de Sociología. VIII Jornadas de Sociología de la Universidad de Buenos Aires. Asociación Latinoamericana de Sociología, Buenos Aires.

Dirección estable: <https://www.aacademica.org/000-062/360>

Acta Académica es un proyecto académico sin fines de lucro enmarcado en la iniciativa de acceso abierto. Acta Académica fue creado para facilitar a investigadores de todo el mundo el compartir su producción académica. Para crear un perfil gratuitamente o acceder a otros trabajos visite: <https://www.aacademica.org>.

Pluriatividade na Agricultura Familiar Brasileira

¿Existem fronteiras do rural e o urbano?

Rita Maria da Silva Passos¹

O debate atual dos estudos rurais no Brasil marca a consolidação, cada vez mais evidente dos agricultores familiares como uma categoria síntese de diversos grupos sociais (seringueiros, ribeirinhos, assentados, quilombolas, etc.) que viram nesta categoria uma bandeira política por um espaço maior na pauta e execução da agenda pública (ALMEIDA *et al.*, 2001; SCHNEIDER, 2001).

A agricultura familiar se beneficia por ser uma expressão que comporta os mais diferentes atores sociais marginais às cidades e por “*excluir apenas formas de organizações baseadas em largo uso de trabalho assalariado, agricultura patronal*” (FERREIRA *et al.*, 2001, p. 486). O protagonismo da agricultura familiar, assim como nos países desenvolvidos, tem por finalidade a promoção da afirmação democrática, modernização, homogeneidade social e retenção de fluxos migratórios (SCHNEIDER, 2001). Neste sentido, “a viabilidade (ou a inviabilidade) **da agricultura familiar não é, portanto, algo dado, natural**, independente de visões políticas, estratégias de desenvolvimento nacional” (FERREIRA *et al.*, 2001, p. 484) (grifos nossos).

¹ Economista. Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Demografia IFCH/UNICAMP. ritapassos@nepo.unicamp.br.

Há de se ter em conta também que agricultura familiar a agricultura familiar “é necessariamente uma categoria genérica, pois a combinação entre propriedade e trabalho assume uma grande diversidade de atores sociais”. O campesinato constitui-se como uma especificidade dentro da agricultura familiar (WANDERLEY, 1999, p.25).

A agricultura familiar, em seu sentido histórico e antropológico, para MARTINS (2001), vai além do significado de reprodução ou permanência; possui uma dimensão multitemporal e multiespacial e por isso dá conta das transformações econômicas e sociais, bem como dos desafios e necessidades colocados às famílias. Implícitas a tal categoria estão às relações de dependência de foro emocional e financeiro, que perpassam os rendimentos auferidos diretamente ou indiretamente (via transferência de receita de atividades não agrícolas). Segundo MARTINS (2001, p.1) a agricultura familiar “*é mais uma rede de relacionamentos de várias gerações, em vários lugares, do que simplesmente um grupamento familiar nuclear como supõem os organizadores dos censos e supõem, em geral, os pesquisadores interessados em temas econômicos*”.

ABRAMOVAY (1992) comparando a inserção do agricultor no capitalismo nos países capitalistas avançados e no Brasil tece suas argumentações a partir de uma lógica apreensão de controle estatal e a incapacidade de gestão dos pequenos agricultores tendo como pressuposto que o mesmo

produz sem o correspondente ao custo de oportunidade de seus fatores [...] É importante salientar, entretanto, que se o agricultor se mantém na atividade, apesar deste quadro, isto não deve apenas à escassez de oportunidades de trabalho fora do meio rural, mas também à valorização de seu patrimônio fundiário: de certa forma aquilo que eles deixam de ganhar nas cotações agrícolas voltadas virtualmente a seus bolsos na elevação do valor da sua terra (*Idem.*, p. 213).

Em linhas gerais, todas as políticas esbarram ou esbarraram em conflitos de adequação do sistema público de financiamento - já enviesado por uma política voltado ao agronegócio e a exportação -, à agricultura familiar. O conflito consiste em tornar a agricultura familiar economicamente produtiva e socialmente viável. Assim, mais uma vez está posta a polaridade entre o econômico e social. Neste sentido, as dissonâncias entre os atores sociais vão desde bancos, passando pelos gestores públicos, técnicos e produtores, acampados, ribeirinhos, seringueiros e representantes de movimentos sociais organizados.

Neste contexto, a pluriatividade das famílias agrícolas constitui-se como um capítulo a parte deste processo, ou melhor, como uma possibilidade de desenvolvimento e/ ou como estratégia possível de sobrevivência dos agricultores familiares. Num país como o Brasil de grande desigualdade social, tanto urbana quanto rural, a pluriatividade é vista como uma alternativa de emprego fora do domicílio em atividades similares ou diversas que visam reforçar os rendimentos obtidos pela família e retenção de população no campo.

A pluriatividade não é em si um fenômeno novo, ou seja, a combinação de atividades agrícolas e agrícolas e/ou agrícolas com outros setores de atividade, não é exatamente uma novidade. Contudo, o que dá um novo contorno à pluriatividade na atualidade é a conjuntura atual que podemos dividir em dois planos de análise:

- No plano geral das “macro transformações”: a globalização, reestruturação produtiva e territorial. Mudanças no mundo do trabalho (precarização e flexibilização);
- No plano mais específico ao desenvolvimento rural brasileiro: como a emergência das ruralidades; intensificação da modernização agrícola; práticas legitimação política da agricultura familiar no Brasil com a criação do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) e do PRONAF.

Neste estudo, busca-se resgatar e refletir sobre a questão das literaturas e evidências empíricas através de comparação da Pesquisa Nacional de Amostra por Domicílios 1995 e 2005, a fim de responder as seguintes questões: qual é o papel da pluriatividade da agricultura familiar no espaço urbano, tendo como expressão o serviço doméstico remunerado? É possível pensar num reordenamento territorial?

I. A PLURIATIVIDADE NA AGRICULTURA FAMILIAR: UMA FORMA DE INTERPRETAR AS ESTRATÉGIAS DE SOBREVIVÊNCIA.

A pluriatividade configura-se como uma noção estritamente acadêmica em meados dos anos 80. Segundo SCHNEIDER (2001, p.7) a pluriatividade é como uma noção importante para a compreensão do debate, em especial, no contexto nacional. A pluriatividade palavra de origem francesa, *pluriactivité*, que se refere à combinação de uma ou mais formas de renda e inserção profissional dos membros de uma mesma família, diferente do termo de origem americana, o *part time farming* usado em oposição ao *full time farming* que se baseia, por definição, na utilização do tempo de trabalho na propriedade por parte do indivíduo ou da família.

Não se trata somente de uma mudança semântica, segundo SACCO DOS ANJOS (2001), marca também uma profunda transição “do ponto de vista do marco político e institucional e do modo como até então tal noção vinha sendo valorada, como também no plano da percepção levada a cabo pelos cientistas sociais em seus estudos sobre a evolução das estruturas agrárias contemporâneas (Idem. p.50)”.

A pluriatividade só pode ser entendida num contexto amplo de mudanças socioeconômicas e redefinições espaciais (FULLER, 1990; NEVES, 1997; MARSDEN, 1990; FERREIRA, 2002; SCHNEIDER, 2003; LOPES, 2006). Nesta perspectiva, a pluriatividade emerge como indicativo de uma clara ruptura em face das representações usuais sobre a unidade de produção.

Para LAMARCHE (1984) o pluriativo é uma categoria social inovadora e distinta, carregando valores urbanos e rurais, sem estabelecer preferências, apresentando, assim, um modo de vida singular e, portanto, contribuindo para a construção de uma nova sociedade rural. O “*rural que se define não pela agricultura, mas com a agricultura*” (LAMARCHE, 2000, p. 4). Sobre esta perspectiva MENDRAS (1994) que aponta no futuro não tratará de estabelecer o agrícola e não agrícola, mas de estabelecer tipos de produção criativos que romperam com sistemas classificatórios rígidos, partindo da premissa de ciclos de produção e do contraste entre o aprendizado e a improvisação.

O caráter familiar da pluriatividade, onde a pluriatividade refere-se à inserção diferenciada de ocupações agrícolas e não-agrícolas por um ou mais de um membro das famílias. Aqui, as famílias são entendidas como grupos sociais para enfatizar as relações assimétricas de poder e capacidade de negociação entre os membros da família, sem desconsiderar o caráter de diferenciação social, econômica e entre membros da família, que variam desde a hierarquia (sua posição no domicílio), escolaridade, sexo, entre outras, conforme sugere SCHNEIDER (2006). Estas diferenciações que segundo os autores, também, foram observadas por CHAYANOV (1974) para demonstrar a diferenciação das estratégias dentro da família, uma vez que elas vão se modificando conforme o ciclo de vida dos membros que a constituem. Esta concepção compartilhada também por SCHNEIDER e RADOMSKY (2003).

Para esta análise se utiliza como referência temporal para analisar a pluriatividade na agricultura familiar brasileira os anos de 1995 e 2005, ou seja, *ex-ante* e *ex-post* a criação do Programa Nacional de Apoio a Agricultura Familiar (PRONAF), como marco referência da legitimação da agricultura familiar na esfera da política pública.

II. A PLURIATIVIDADE DA AGRICULTURA FAMILIAR BRASILEIRA: uma análise empírica.

Por isso, operacionalmente, a análise tem como ponto de partida a tipologia de grupos domiciliares (que associam pessoas por parentesco e agregados). Esta tipologia construída levando em conta a posição na ocupação dos membros da família e ramo de atividade (agrícola, não agrícola, pluriativo). E, teoricamente corresponde aos pressupostos, com base nas questões teóricas anteriormente demonstradas.

Segundo a tipologia as famílias podem ser distribuídas pelos seguintes tipos:

1. **Agrícola** – famílias que todos os membros estiveram ocupados na semana de referência em atividades agropecuárias.
2. **Pluriativo** – representam as famílias em que pelo menos um de seus membros exercia alguma atividade agrícola e outro exercia uma atividade não-agrícola, ou ainda quando pelo menos um de seus membros declarou exercer dupla atividade agrícola (ocupação principal e secundária) na semana de referência.
 - 2.1. **Pluriativo Agrícola + Agrícola (Pluriatividade Tradicional)** – quando todos os membros das famílias rurais extensas exercem apenas atividades agropecuárias, mas pelo menos um deles declarou ter também uma ocupação secundária na própria agricultura;
 - 2.2. **Pluriativo Agrícola + Não-Agrícola (Intersetorial)** – refere-se a quando pelo menos um dos membros do grupamento domiciliar ou famílias extensas exerce uma atividade agrícola e o outro uma atividade fora desse setor, independente delas serem sua ocupação principal ou secundária.
 - 2.3. **Pluriativo Agrícola + Trabalho Doméstico** – quando pelo menos um membro está ocupado na semana de referência em atividade agrícola e pelo menos outro em serviço doméstico remunerado, estando não havendo outro membro ocupado em outra atividade que não sejam estas.
 - 2.4. **Pluriativo Agrícola.+Não-agrícola (Intersetorial) + Trabalho Doméstico (SDR)** – quando pelo menos um membro está ocupado na semana de referência em atividade agrícola e pelo menos outro em serviço doméstico remunerado e outro membro ocupado em outra atividade que não sejam estas, ou pelo mesmo com uma atividade secundária.

A base das informações levantadas foi extraída por meio da Pesquisa Nacional de Amostra por Domicílios (PNAD), em 1995 e 2005.

III. Agricultura Familiar e Pluriatividade Brasileira: Realidades & Tipos.

No Brasil – de acordo com as informações com conforme metodologia definida anteriormente –, falamos de um universo de 3.752.777 de grupamentos domiciliares com pessoas em ocupações agrícolas (estritamente agrícolas e pluriativas) em 1995 e de 3.646.363 em 2005, ou seja, representa um decréscimo na taxa de crescimento de -0,29, o que pode significar que apesar dos esforços realizados no âmbito da política pública. Ou, ainda, este tipo pode refletir o foco da política aos agricultores mais bem sucedidos (agricultores em transição e consolidados), em detrimento dos menos capitalizados (periféricos) dificulta a *“constituição de uma base para um novo modelo de desenvolvimento rural nem haverá possibilidade de crescimento da pluriatividade”* (NASCIMENTO, 2005, p. 173).

Por outro lado, esta redução pode ser interpretada, também, como minimizador do decréscimo, pois sem a política poderia ter sido maior, mas de toda forma representa uma exclusão de parcela das famílias agrícolas, refletindo assim o caráter seletivo da política pública de incentivo a agricultura familiar. De acordo com as informações abaixo na Tabela 1, podemos observar que os maiores contingentes de grupamentos domiciliares, que denominamos de famílias extensas estão nas agrícolas tradicionais (ou estritamente agrícolas) e as famílias pluriativas intersetoriais. Cabe registrar que a exceção das famílias extensas estritamente agrícolas e as intersetoriais com serviço doméstico remunerado, todas as demais pluriativas obtiveram taxas de crescimento positivas. Contudo, deve-se ressaltar que nas áreas rurais a taxa de crescimento foi negativa influenciada, especialmente, pelo peso maior das famílias estritamente agrícolas.

Nas áreas urbanas se observa que as taxas mais expressivas foram, respectivamente, as das famílias pluriativas com serviço doméstico remunerado e as intersetoriais. Já, nas áreas rurais a maiores taxas foram as das famílias pluriativas com serviço doméstico, tal como nas áreas urbanas, seguidas das pluriativas tradicionais.

Tabela 1: Número de Famílias Agrícolas e Pluriativas (por mil) e suas respectivas taxas de crescimento por situação de domicílio – Brasil, 1995 e 2005.

Fonte: Pesquisa Nacional de Amostra por Domicílios (PNADs), 1995 e 2005. FIBGE.

Estes resultados, a princípio, podem nos revelar – diferentemente do movimento geral decréscimo da agricultura familiar –, um aumento da pluriatividade e sua eficácia, todavia, é preciso

entender as condicionantes socioeconômicas em que se reproduzem, pois pode haver uma falsa impressão de melhoria das condições de vida, quando na verdade é uma reprodução de condições de vida mais precárias e menos autônomas na decisão de produção.

Em termos regionais, ficam mais evidentes as diferenças na composição ocupacional das famílias agrícolas e pluriativas. Na região Norte do país a comparação entre as áreas rurais é inviabilizada, pois a PNAD até o ano de 2002, exclui as áreas rurais da região. Contudo, o número de domicílios em atividades agrícolas urbanos aumentou de 1995 para 2005 em cerca de 1.000 mil, obtendo uma taxa de crescimento de 0,42, superada apenas pelos domicílios pluriativos que obtiveram uma taxa de 1,55, representando um aumento em termos absolutos de 5.000 mil domicílios. Esta resposta positiva da taxa de crescimento se deve ao aumento das famílias pluriativas intersetoriais que tiveram um acréscimo de 7000 famílias nesta condição.

Considerações finais

Neste sentido, pode-se observar o aumento de famílias ocupadas em atividades agrícolas e pluriativas em como as áreas urbanas.

Fica evidente a relação dos espaços urbanos e rurais, expressos pela articulação do agronegócio com a agricultura familiar. Neste sentido, parafraseando Graziano da Silva (1999) sobre a “invasão do rural pelo urbano”, adiciona-se “a invasão do urbano pelo rural”. Neste sentido, trata-se de uma “via de mão dupla”, conforme menciona CARNEIRO (2001) em que a urbanização avançaria sobre o campo, o tornando urbano.

Brasil	Urbano			Rural			Total		
	1995 (Abs. por 1000)	2005 (Abs. por 1000)	Taxa de crescimen to	1995 (Abs. por 1000)	2005(A bs. por 1000)	Taxa de crescime nto	1995 (Abs. por 1000)	2005 (Abs. por 1000)	Taxa de crescime nto
Agrícola	375	362	-0,35	1.996	1.828	-0,88	2.371	2.190	-0,79
Pluriativa Tradicional	38	39	0,26	330	359	0,85	368	398	0,79
Pluriativa intersetorial sem SDR (agrícola + não-agrícola)	358	383	0,68	536	549	0,24	894	932	0,42
Pluriativa com SDR (agrícola + SDR)	26	29	1,10	55	61	1,04	81	90	1,06
Pluriativa intersetorial (agrícola + não-agrícola) + SDR	24	25	0,41	16	13	-2,05	40	38	-0,51
Total	821	838	0,21	2.933	2.810	-0,43	3.754	3.648	-0,29

Bibliografia

- CARNEIRO, Maria José. Pluriatividade da agricultura no Brasil: uma reflexão crítica. I Cólóquio Agricultura Familiar e Desenvolvimento Rural, Porto Alegre, novembro de 2005.
- _____. Do Rural e do Urbano: uma Nova Terminologia para uma Velha Dicotomia ou a Reemergência da Ruralidade (versão preliminar). In: II Seminário sobre o novo Rural Brasileiro: "A Dinâmicas das Atividades Agrícolas e Não – Agrícolas no Novo Rural Brasileiro: Fase III do Projeto Rurbano". Campinas, 02 de outubro de 2001. NEA – Instituto de Economia – UNICAMP.
- _____. Ruralidade: novas identidades em construção. Estudos Sociedade e Agricultura, n.11, outubro de 1998. _____. Pluriatividade no Campo: o caso francês, In: Revista Brasileira de Ciências Sociais, n. 32, ano 11. _____. Política pública e agricultura familiar: uma leitura do PRONAF. In: Estudos Sociedade e Agricultura, n. 8, abril, Rio de Janeiro: CPDA/UFRRJ, 1997.
- CASTRO, A.B. (1988). Ajustamento e transformação: a economia brasileira de 1974 a 1984. In: Castro, A.B., Souza, F.E.P. A economia brasileira em marcha forçada. 2a.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- CASTRO, A.C., FONSECA, M.G. (1994). O potencial do agribusiness na fronteira. Revista de Economia Política, 14 (1).
- CHAPUIS, R.P. et al. (2005). A cadeia produtiva da carne: uma ferramenta para monitorar as dinâmicas nas frentes pioneiras da Amazônia brasileira? In: Cadernos de Ciência e Tecnologia, 22 (1): 125-138
- CHAVES *et al.* (2006) Complexos Agroindustriais No Nordeste. In: Mundo in Geo! Universidade Federal de Santa Maria.
- COUTO-FILHO, V.A. (ELIAS, D. (2006). Agronegócio e desigualdades socioespaciais. Elias, D., Pequeno, R. (ed.). Difusão do agronegócio e novas dinâmicas socioespaciais. 1a. ed. Fortaleza: BNB. p. 25-82.. FULLER, A. M. Part-Time Farming and the Farm Family: a note for future research. In: Sociologia Ruralis, Netherlands, XXIII, n. 1, 1983.
- _____. Part-Time Farming: the enigmas and the realites. Em: Schwarzweller, H. Reseach in Rural Sociology and Development. Connecticut: Jai Press, 1984.
- _____. Part-time farming to Pluriactivity: a decade of change in rural Europe. In: Journal of Rural Studies, v. 6 (4), Great Britain, 1990.
- KAISER, Bernard. La renaissance rurale; sociologie des campagnes du monde occidental. Paris: Armand Colin, 1990. KEARNEY, M. "Reconceputualizing the pesantry". In: Antropology in Global Perspective: Wtview Press, 1996, pp. 1-41.
- JOLLIVET, Marcel. Pour une science sociale à travers champs. Paris: Arguments, 2001. _____. (org.) Vers um rural postindustrial; rural et environnement dans huit pays européens. Paris: L'Harmattan, 1997.
- LAMARCHE, Hugues. Rural et Agriculture ou l'histoire d'un impossible divorce. Paris, 2000. _____. Agriculture et ruralité au Brésil. Paris: Karthala, 2001.
- LAURENT, C. 2000. "La multifunciotnalité de l'agriculture". Paris: Inra-SAD, 2000.
- LEITE, S. P. (1990). Estratégias agroindustriais, padrão agrário e dinâmica intersetorial. Rascunho 7: 54. _____. et al. (2006). Uma análise do contexto institucional e do financiamento das políticas rurais. Avena, A. (ed.). Bahia - Temas estratégicos: subsídios para a formulação de políticas públicas. Salvador: Seplan. p.145-232.
- MARSDEN, Terry. Restructuring rurality, from order to disorder in agrarian political economy. Sociologia Ruralis, 29 (3/4), 1989.
- MENDRAS, H "O Fim dos Camponeses" – "Passados vinte anos". 1984.

- MORMONT, Marc. A la recherche des spécificités rurales. In: Jollivet, Marcel. (org.) Vers um rural postindustrial; rural et environnement dans huit pays européens. Paris: L'Harmattan, 1997.
- MULLER, G. (1990). Observações sobre a economia política da agricultura brasileira. Rascunho 14: 66. Núcleo de Estudos Agrários e de Desenvolvimento Rural. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário/Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável / Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural, 2001.
- OLIVEIRA, A.R. (2005). A expansão do agronegócio no Sudeste goiano: os mitos e os discursos sobre o desenvolvimento do território. III Simpósio Nacional de Geografia Agrária. Anais... Presidente Prudente.
- PARRÉ, J.L., GUILHOTO, J.J.M. (2001). A desconcentração regional do agronegócio brasileiro. Revista Brasileira de Economia, 55 (2): 223-251
- PORTO, E. (2006). As políticas de desenvolvimento regional do Brasil e seus reflexos sobre a região Nordeste. Elias, D., Pequeno, R.(ed.). Difusão do agronegócio e novas dinâmicas socioespaciais. Fortaleza: BNB. p. 83-116.
- SACCO DOS ANJOS, Flavio Pluriatividade e ruralidade: enigmas e falsos dilemas. In: Estudos Sociedade e Agricultura, 17, outubro 2001: 54-80.
- SAMPAIO ET AL. Sucesso e insucesso do Agronegócio Nordestino. In: Revista Econômica do Nordeste, Fortaleza, v.67, n° 2, abr-jun, 2002.
- SCHNEIDER, S.; CONTERATO, M. A. Transformações Agrárias, Tipos de Pluriatividade e Desenvolvimento Rural: considerações a partir do Brasil. In: NEIMAN, G.; CRAVIOTTI, C. (orgs.). Entre el campo y la ciudad. Desafíos y estrategias de la pluriactividad en el agro. Ediciones CICCUS. Buenos Aires, 2005.
- _____ CASTILHO E SILVA, C.B. e KOPPE, L. A pluriatividade e as condições de vida dos agricultores familiares no Rio Grande do Sul. I Cólóquio Agricultura Familiar e Desenvolvimento Rural, Porto Alegre, novembro de 2005.
- _____ A Pluriatividade na Agricultura Familiar. Porto Alegre, Editora da UFRGS, 2003.
- _____. Rurbanização e Pluriatividade: o mercado de trabalho não-agrícola e a pluriatividade das famílias em áreas rurais (um estudo de caso). XV Seminário de Política Econômica. Universidade Federal de Viçosa, 22 e 23 set. 2003.
- _____ & RANDONSKY, Guilherme F.W. A Pluriatividade e as Transformações Do Mercado De Trabalho Rural Gaúcho: Estudo De Caso No Município De Barão. Trabalho apresentado no III Seminário Sobre Novo Rural Brasileiro: Projeto Rurbano – FASE III, realizado em 12 e 13 de Junho de 2003, Instituto de Economia – UNICAMP. _____, Elementos Teóricos para Análise da Pluriatividade em Sistemas de Agricultura Familiar. II Seminário sobre o Novo Rural Brasileiro, a Fase II do Projeto Rurbano. IE-UNICAMP Campinas 1 e 2 de outubro de 2001. 35 p.
- WANDERLEY, M. de N. B. A emergência de uma nova ruralidade nas sociedades modernas avançadas: o “rural” como espaço singular e ator coletivo. Estudos Sociedade e Agricultura, n. 15, outubro 2000.
- _____ A valorização da agricultura familiar e a reivindicação da ruralidade no Brasil, In: XXIX Encontro Anual da ANPOCS, 15 p. (mimeo), 2000.